







De há mais de um ano a esta parte que tenho vindo a fazer investigação conducente à biografia de D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo, que haveria de vir a ser o 1.º conde de Villa Franca do Campo.

D. Pedro da Costa, como ele também assinava, foi um cidadão influente no seu tempo. Influente pela sua instrução, erudição e cultura; influente pelos trabalhos a que meteu ombros e pelas peças que publicou e que fez levar à cena enquanto autor teatral; pelas posições políticas que ocupou, ainda muito novo, quer como deputado quer como governador civil, sucessivamente de Faro, Ponta delgada e Porto, em condições particularmente difíceis de conflitos civis ou de levantamentos populares; influente como diplomata de fino trato e grande capacidade negocial; influente, finalmente, como investigador histórico-social e como escritor de fundo.

Nascido em 1821, a 14 de Maio, e tendo morrido em 1901, a 7 de Dezembro, a sua vida abrangeu quase todo o período da monarquia liberal, em Portugal, bem como quase todo o período que, na Europa, vai da queda de Napoleão Bonaparte em Waterloo, em 1815, até ao desencadear da 1ª Grande Guerra em Sarajevo em 1914.

Com uma educação esmerada em ciências e humanidades, na recém criada Escola Politécnica de Lisboa, levou à cena no teatro da rua dos Condes, em 1841 e apenas com 20 anos de idade, a sua primeira peça teatral que intitulou de “Os Dois Campeões ou a Corte de D. João I”, já fruto de um aprofundado trabalho de investigação no que toca quer a detalhes históricos e personagens, quer no que toca a costumes e modos de vestir, quer ainda no que toca à correcção de um torneio que fez acontecer em pleno palco. Objecto dos maiores elogios por parte de Almeida Garrett, então a grande força por detrás do renascimento do teatro português, esta peça valeu a D. Pedro o 1.º prémio do conservatório em 1841. Em 1857 levou à cena a sua 2.ª peça intitulada “Os Portugueses na Índia”, que se estreou por ocasião de um espectáculo de gala, no teatro D. Maria II, em honra do aniversário natalício de D. Pedro V. Gustavo de Matos Sequeira descreve-a como ricamente posta em cena, tendo sido musicada por Francisco António Norberto dos Santos Pinto.

Muito mais tarde, em 1885, publicaria mais uma peça de teatro, um drama em 5 actos, esta nunca levada à cena, que intitulou “D. João II”. Nela D. Pedro da Costa descreve o drama da morte do infante D. Afonso nas campinas da margem do Tejo, em Almeirim, bem como o drama moral do afastamento de D. Jorge de Lancastre, duque de Coimbra, da sucessão ao trono, em favor de D. Manuel, duque de Beja.



Além de escritor teatral de sucesso, teve uma breve mas intensa experiência política, tendo sido sucessivamente governador civil de Faro, de Ponta Delgada e do Porto, entre 1846 e 1852, tendo nessas funções apanhado em pleno a Patuleia, de triste memória, bem como o movimento da “Regeneração”, lançado em Abril de 1851 pelo duque de Saldanha, movimento a que aderiu de plena convicção.

Eleito deputado em Março de 1848 pelo círculo do Douro, foi durante 3 sessões legislativas (1849, 1850 e 1851) um deputado assíduo, activo e interveniente. A sua actuação parlamentar caracterizou-se pela erudição que com que apresentava os seus discursos e pela polémica que estes frequentemente geravam, tendo feito ouvir a sua palavra em várias intervenções de grande clareza ideológica.

*Como se sabe o parlamento funcionava só em metade do ano, de Janeiro a Junho. Isto permitia-lhe acumular, estando em Ponta Delgada durante a segunda metade do ano.*

Tendo acedido à carreira diplomática, então nascente, em 1852, com 31 anos de idade, serviu o Estado nessa qualidade durante 40 anos, até 1892, já com 71 anos. Os últimos anos ao serviço da secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros foram ocupados a fazer investigação para a história da diplomacia portuguesa desde a fundação até 1640.

Diplomata de grande finesse e firmeza negocial, esteve por duas vezes em S. Petersburgo, uma em 1853/54 como encarregado e negócios interino, e outra já em 1869/70 como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário; esteve por duas vezes em Madrid, uma em 1861 e outra também como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, em 1870/71, encarregado duma missão especialíssima; esteve em Roma como Secretário de Embaixada (hoje em dia Conselheiro) de 1862 a 1869, com uma pequena interrupção no meio. Em Roma era embaixador titular, durante todo aquele período, o duque de Saldanha.

Nos primeiros postos que ocupou, ainda jovem, não fora incumbido de nenhuma missão especial, mas tão só da representação dos interesses portugueses. Mas, a partir da sua estadia em Roma, em 1862, as suas missões revestiram-se de grande delicadeza e melindre negocial, tendo desempenhado missões que, de algum modo, ilustram as preocupações da governação do país no correr dos meados da centúria de 1800, com a nova ordem e sentido de Estado da “Regeneração” e com o claro desenvolvimento sócio-económico dum Fontismo nascente.

Em Roma, a sua grande e importante missão foi a defesa do Padroado português do Oriente, vulgo Padroado do Oriente ou Real Padroado. Com efeito o seu exercício encontrava-se ameaçado pela hierarquia e pelo clero militante da Sagrada Congregação da Propaganda a, pelas boas e más razões, conhecida Propaganda Fide.

Cada vez mais o instrumento ordenador do apostolado no Oriente era a Sagrada Congregação da Propaganda (Propaganda Fide), e não a coroa portuguesa. Uma divergência entre os missionários da Propaganda Fide e os missionários portugueses na Índia e na China que muito contribuiu para diminuir o prestígio de Portugal perante a Santa Sé, foi a questão dos ritos malabares e chineses, que os do Padroado admitiam e os da Propaganda condenavam. O apostolado português era considerado como o de um cristianismo mestiçado e impuro; e apesar de todos os esforços de D. João V, os ritos autóctones foram condenados pelo Papa Bento XIV em 1742, e o predomínio missionário passou, na Índia e na China, para as mãos da Propaganda Fide.

A decadência do Padroado mais se acentuou com a supressão da Companhia de Jesus, no reinado de D. José I, em 1773. Quando, em 1834, foram extintas as ordens religiosas e cortadas as relações com a Santa Sé, o Padroado português do Oriente praticamente ruiu, tendo sido formalmente reorganizado e limitado por Gregório XV, em 1838, que acabou com todos os bispados portugueses no Oriente excepto Goa, e mesmo assim reduziu este ao território sob soberania portuguesa.

O governo português resistiu e, já sob a influência do espírito “Regenerador”, tão bem trabalhou a diplomacia portuguesa em Roma que o desaire e humilhação de 1838 se transformou numa vitória prestigiante, quando, pela Concordata de 1857, Pio IX aceitava que fossem restabelecidas todas as dioceses portuguesas sob a, agora, arquidiocese metropolitana de Goa, e que fossem restabelecidas as dioceses de Macau e de Malaca, esta com jurisdição sobre Singapura, sendo ainda criada a diocese de Damão, encravada, como estava, no território de Bombaim.

Esta visão do papel histórico de Portugal e a defesa do império, quer territorial, em África, quer presencial e comercial, no Oriente, faziam parte integrante da filosofia da “Regeneração”, que tinha o engrandecimento da Pátria e a sua recolocação como interveniente activo no concerto das nações como objectivo ideológico.

Mas o facto era que o Real Padroado e, naturalmente, o cumprimento no terreno da Concordata de 1857, vinha a ser hostilizado e a merecer a maior discordância por parte dos “propagandistas”. O clero da Propaganda Fide nunca entendeu que o ecumenismo, a



tolerância e a abrangência do espírito missionário português, que permitia absorver práticas, costumes, arte e, até mesmo, conceitos e formulações locais eram e foram a chave do sucesso do cristianismo no Oriente, sucesso do qual eles próprios beneficiavam. A Propaganda Fide criou um clima de divisão cismática e de quase guerra civil entre as comunidades cristãs, que tomou alguns aspectos verdadeiramente sórdidos, e de que muito se aproveitaram o clero e os missionários anglicanos.

Sobretudo porque a Propaganda Fide nomeava vigários apostólicos para várias dioceses mal definidas, que entravam em conflito com os bispos, clero e fiéis do Real Padroado.

A clara divisão das dioceses do Padroado era, assim, de extrema importância na boa administração e condução dos conflitos com que se debatia a Igreja Romana no Oriente, e foi a primeira das preocupações de D. Pedro da Costa na sua missão em Roma.

Entretanto D. Pedro tinha-se tornado amigo pessoal do papa Pio IX, que lhe baptizou a mulher, inglesa e anglicana, nos seus aposentos privados, tendo ela tomado o nome de Isabel Maria.

A diplomacia portuguesa de meados de oitocentos mostra uma grande preocupação com a manutenção e reorganização do império, não só através da defesa da influência portuguesa no Oriente como, também, pela negociação e regulação dos conflitos territoriais em África.

Era o caso da colónia de Moçambique, cuja fronteira sul era objecto, desde 1821, de uma guerra de atrito com as autoridades inglesas do Natal que queriam absorver esses territórios nos seus domínios. Era também o caso da questão de Bolama, na presente Guiné-Bissau, que os ingleses queriam fazer absorver pela sua colónia da Serra Leoa.

A questão de Bolama havia sido resolvida civilizadamente, e no espírito da "Regeneração", através de arbitragem, que por decisão do presidente americano Ulysses Grant foi dirimida, em 1870, a favor de Portugal. Perante isto, o governo português resolveu submeter a arbitragem, também, o complexo conflito que pairava sobre a soberania da região do Maputo, que os ingleses designavam por Delagoa bay, e os portugueses por Lourenço Marques.

D. Pedro da Costa foi enviado, como Ministro Plenipotenciário e enviado especial do governo do duque de Loulé, em final de 1869, a S. Petersburgo, com a missão de solicitar os bons ofícios da Rússia afim de convencer o mesmo presidente americano, Ulysses Grant, a aceitar arbitrar aquela questão. A missão foi bem sucedida mas, entretanto, aquela arbitragem foi, após a queda de Napoleão III, assumida pelo presidente francês Thiers, acabando a questão

da soberania de Delagoa bay ou Lourenço Marques por ser dirimida, a favor de Portugal, pelo novo presidente francês Mac Mahon.

*Nos dois casos os ingleses aceitaram a arbitragem, e cumpriram!*

Mas, talvez a revelação mais interessante que surge da pesquisa biográfica e epistolar sobre o 1.º conde de Villa Franca do Campo se relacione com a sua especialíssima missão a Madrid, em 1870.

Nunca ninguém percebeu muito bem porque é que o marechal duque de Saldanha, já com 80 anos de idade, lançou o seu golpe de estado de Maio de 1870, golpe de estado aliás, que por pouco não ia sendo um insucesso.

Mal o duque de Saldanha foi confirmado na presidência do ministério, pelo rei D. Luís I, apressou-se a convocar D. Pedro da Costa que se encontrava em missão em S. Petersburgo, pedindo-lhe para regressar a Lisboa com a possível urgência. Sinal dos novos tempos, D. Pedro e a família, na altura com 3 crianças, vieram de S. Petersburgo a Paris em 3 dias, já por caminho-de-ferro, cujo uso começava a generalizar-se.

O duque de Saldanha tinha total confiança em D. Pedro da Costa, e encarregou-o de uma missão especialíssima: o levar ao trono de Espanha o rei consorte e viúvo de Portugal, o príncipe Fernando de Saxe Coburgo Gotha, D. Fernando II.

D. Pedro da Costa empenhou-se a fundo nesta sua missão, tendo conseguido em Madrid um aliado da maior importância, o general Juan Prim y Prats, duque de Castillejos, um dos líderes da revolução espanhola de 1868, juntamente com o general Francisco Serrano y Dominguez. Na altura Serrano era regente, sendo Prim o presidente do ministério. O general Prim estava em total consonância de ideias com o duque de Saldanha, se bem que pareça que este entendimento não era partilhado por outros sectores da revolução nem por todos os membros do governo espanhol.

A ansiedade do duque de Saldanha era tanta que, ainda D. Pedro não tinha chegado a Madrid, para já não falar na sua instalação na legação de Portugal como Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário, e já lhe estava a mandar uma carta a solicitar informações sobre as suas diligências junto do governo espanhol.



As cartas de D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo são absolutamente concludentes e de uma total clareza no que toca ao entendimento da natureza e da substância da sua missão a Madrid, cujo único objecto era, de facto, o negociar a candidatura de D. Fernando II.

A sequência dos acontecimentos, a convocação de D. Pedro de S. Petersburgo, a cuidadosa preparação da sua missão a Madrid e a rapidez do seu desempenho levam-nos a crer que a candidatura de D. Fernando II ao trono da deposta Isabel II, numa altura em que outras candidaturas tinham sido arredadas, designadamente a do príncipe Leopoldo de Hohenzollern e a do duque de Montpensier, e em que a candidatura de Amadeu de Sabóia ainda não se concretizara, teria sido o objecto, senão único pelo menos o principal, do golpe de estado do duque de Saldanha.

A candidatura de D. Fernando II viria a abortar, em Agosto de 1870, por duas razões:

- a) a absoluta e irredutível insistência de D. Fernando para que a lei espanhola, e os termos da sua acessão ao trono de Espanha, consignasse, com total clareza e firmeza, a absoluta impossibilidade de as coroas espanhola e portuguesa se puderem juntar, no futuro e por sua morte, numa única cabeça, designadamente a do seu filho D. Luís ou de qualquer dos seus descendentes.
- b) a discussão do estatuto da condessa de Edla, a cantora Elisa Hensler, que o rei tinha conhecido em Lisboa e com quem havia casado.

Mal as conversações para concretizar a candidatura de D. Fernando se goraram, em Agosto de 1870, o duque de Saldanha demitiu-se da chefia do ministério, tendo pouco depois partido para Inglaterra, aonde viria a falecer em Novembro de 1876, pois a sua 2.<sup>a</sup> mulher era inglesa e tinha lá família próxima. O, já, conde de Villa Franca do Campo acompanhou-o na sua morte na sua "Gable House", em Sydenham.

*O general Prim viria a ser assassinado em Dezembro de 1870.*

D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo foi agraciado, por D. Luís I, com o título de conde de Villa Franca do Campo em 4 de Agosto de 1870, tendo o local de referência do título sido escolhido em homenagem aos bons serviços que D. Pedro tinha prestado como governador civil de Ponta Delgada, homenagem essa reforçada pela memória dos tempos felizes que, nas suas próprias palavras, D. Pedro lá vivera entre 1849 e 1851.

O governo português manteve a confiança no conde de Villa Franca, como ele também usava, como embaixador em Madrid, onde se manteve até à Primavera de 1871, altura em que abandonou o serviço diplomático no estrangeiro.

No entanto D. Pedro da Costa manteve-se no serviço diplomático durante mais 20 anos, até 1892, por nomeação real, encarregado de fazer investigação e compilar documentação com vista à elaboração da história diplomática de Portugal desde a fundação até 1640.

Para além de muitos outros elementos coligidos e que estão disponíveis nos bem organizados arquivos do ministério dos Negócios Estrangeiros, a sua investigação deu lugar à publicação de um interessante livro, publicado em 1884 e intitulado "D. João I e a Aliança Inglesa".

O conde de Villa Franca é extremamente crítico da aliança inglesa de 9 de Maio de 1386, que, do seu ponto de vista, serviu sempre mais os interesses da Inglaterra do que os de Portugal. Desde logo possibilitando ao duque de Lancaster, John of Gaunt, vir à península ibérica fazer uma campanha pelos seus direitos ao trono de Castela, enquanto marido, em segundas núpcias, de D. Constança, filha de Pedro, o cruel. Esta campanha correu desastrosamente para as forças inglesas, que só não sofreram mais derrotas e vexames devido à ajuda de D. João I. Este não só suportou a maior parte dos elevadíssimos custos da campanha, como ainda teve que custear o transporte do que restava da corte e tropas do duque de Lancaster de volta a Inglaterra, em navios portugueses.

A história, particularmente a história posterior a 1640, talvez nos leve a reformular aquela posição crítica no sentido de subscrever inteiramente a opinião do meu grande amigo, o Prof. Doutor António Pedro Vicente, a saber: que a Inglaterra sempre defendeu os interesses de Portugal na medida em que tal podia defender os seus próprios interesses. Isto porque Portugal seria, simultaneamente, o calcanhar de Achilles e a poção mágica de Inglaterra: a única maneira de uma potência continental destruir ou conquistar a Inglaterra teria sido dominando Portugal; e o império português terá sido o grande reserva de alimento vitalizador do desenvolvimento comercial e da revolução industrial ingleses.